

**COMIDA DE CRIANÇA E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA:  
moralidade materna e consumo alimentar no semiárido<sup>1</sup>**

***CHILDREN FOOD CONSUMPTION AND THE BOLSA FAMÍLIA  
PROGRAM (BRAZIL):  
morality and maternal food consumption in semi-arid***

---

Flávia Ferreira Pires

*Universidade Federal da Paraíba*

**Resumo**

O artigo baseia-se em pesquisa sobre os efeitos inesperados do Programa Bolsa Família no semiárido nordestino, Brasil, especialmente no que diz respeito à alimentação das crianças. No aumento do consumo familiar, uma das consequências do programa, chama a atenção o consumo de gêneros alimentícios infantis considerados, até recentemente, de luxo, como biscoito, iogurte, refrigerante, achocolatado e guloseimas em geral. Se o aumento do consumo alimentar é tido como um dos resultados positivos do programa, ele mascara problemas como o da obesidade e carências nutritivas; já que com o dinheiro em mãos as escolhas dos beneficiados (mães e crianças) nem sempre priorizam uma alimentação considerada saudável. Todavia, as compras de alimentos considerados de luxo dotam a família e a criança de um status social diferenciado, além de revelar a complexa tarefa, largamente feminina, de suprir os desejos das crianças como uma das maneiras de definir uma maternidade bem sucedida.

**Palavras-chave:** crianças, família, Programa Bolsa Família, consumo alimentar

**Abstract**

The article is based on research on the unexpected effects of Programa Bolsa Família in the semi-arid Northeast, Brazil, especially with regard children's food. One of the consequences of the program, is the increase in

---

<sup>1</sup> Paper apresentado no 54th ICA - International Congress of Americanists: Building Dialogues in the Americas, realizado em Viena, em julho de 2012, no Simpósio 855 - Children's food heritage - anthropological issues, organizado por Clarice Cohn e Charles-Édouard Suremain.

Agradecemos aos catingueirenses, crianças e adultos, que generosamente participaram da pesquisa; à equipe de pesquisa que enfrentou os desafios do campo com valentia e ao CNPq e ao MDS por tornar possível, em diferentes momentos, esse exercício de pesquisa. Além da coordenadora Flávia Ferreira Pires, participaram do primeiro campo os pesquisadores Patrícia Oliveira Santana dos Santos, Tatiana Benjamin, Jéssica Karoline Rodrigues e George Ardilles da Silva Jardim. Além da coordenadora, participaram do segundo campo os pesquisadores Patrícia Oliveira Santana dos Santos, Fernando Antonio Dornelas Belmont Neri, Edilma Nascimento Sousa, Christina Glayds Nogueira Mingarelli, Daniela Oliveira Silveira, Christiane Rocha Falcão. Esse artigo é dedicado à memória de Dona Ivani, mãe de uma das pesquisadoras, cujo repentino falecimento ocorreu durante o processo de escrita desse texto.

household consumption, particularly food, especially consumption of children's food and food considered, until recently, luxury goods such as biscuits, yogurt, soda, chocolate and sweets in general. In fact, if the increase in food consumption is considered one of the positive results of the program, it masks problems such as obesity and nutritional deficiencies, since with the money in hand the choice of beneficiaries (mothers and children) is not always healthy. But the fact is that purchases of food considered luxury endow and reveal a differentiated social status for the family and the child, and address the complex task, largely female, to meet the wishes of children as a way of defining a proper motherhood.

**Keywords:** children, family, Bolsa Família Program, food consumption

## Prólogo

Luciana, 30 anos de idade, tem duas filhas. A mais nova, Luana, tem dois anos de idade. O marido de Luciana trabalha esporadicamente, quando arruma um serviço, mas bebe muito e bate na mulher. A família de Luciana ajuda como pode, mas também é pobre como ela. Luana, a filha mais nova, é obesa, segundo os funcionários do posto de saúde. De tão pesada, sua mãe não consegue carregá-la no colo. A enfermeira e o médico já proibiram Luciana de dar achocolatado em pó com leite para a menina. Mas, não tem jeito, a menina não come outra coisa. Luciana tenta enganar o apetite da filha colocando café no lugar do chocolate, imitando a cor do alimento preferido da menina. Não dá certo. A mãe cede.

## Introdução

Este artigo tem como objetivo contribuir para a compreensão de mudanças engendradas pelo Programa Bolsa Família (PBF) – um programa de transferência condicionada de renda – na vida das famílias, em uma pequena cidade do semiárido paraibano, com destaque especial aos efeitos que dizem respeito às crianças. Discorreremos sobre a ampliação do consumo, principalmente alimentar, como consequência do recebimento do benefício. Nesse sentido, a possibilidade de consumir determinados artigos, considerados de luxo e secundários, principalmente para as e pelas crianças, interessa-nos sobremaneira na medida em que o consumo alimentar, largamente tarefa materna, está ligado moralmente ao dever da mãe para com os filhos.

Com este intuito, dividimos o artigo em quatro partes, além da introdução e conclusão. Na primeira parte, apresentamos o contexto de pesquisa, a cidade de Catingueira (PB) e a metodologia de pesquisa utilizada. Na segunda parte do artigo, tratamos do PBF, dando atenção especial à expansão do consumo por ele propiciada, colocando em evidência a priorização das crianças. Na terceira parte, discorreremos sobre as razões da priorização infantil, em que pesam 1) o entendimento local de que a continuidade do recebimento do benefício é função do esforço das crianças e, 2) a tarefa materna de nutrir. Na quarta parte, tratamos da relação entre a comida e o processo de ascensão social pelo qual as famílias

estão passando. Por fim, apontaremos os desafios para uma alimentação saudável em face do aumento da disponibilidade de gêneros alimentares de baixo teor nutritivo, ricos em gorduras e açúcares, bem como do acesso a eles.

### **Metodologia e contexto de pesquisa**

A pesquisa de campo que originou esse artigo foi realizada em dois períodos de campo, dezembro de 2010 e junho de 2011, com a participação de cinco e sete pesquisadores respectivamente. Foram realizadas 22 entrevistas semiabertas com os responsáveis pelo recebimento do benefício, na grande maioria das vezes, as mães. Majoritariamente em duplas, os pesquisadores seguiram um roteiro de perguntas que focava vários aspectos do PBF; as entrevistas duravam, em média, 2 horas. Realizamos ainda observação participante, durante os dias de estadia na cidade (sete e cinco dias respectivamente). Fomos ‘hospedados’ em casa de beneficiários do PBF, onde realizamos nossas refeições, dormimos, tomamos banho e, mesmo com as limitações impostas pelo tempo rápido da pesquisa, vivenciamos o cotidiano familiar. Esta imersão na vida das famílias tinha como objetivo observar de perto como a família se estrutura na vida cotidiana e contribuir com dados qualitativos de alta precisão, devido ao contato íntimo e cotidiano que o método propicia. A equipe realizou também Oficinas de Pesquisa, que funcionaram por dois dias, em dois turnos, e aconteceram em uma das escolas da cidade, em duas salas de aula adequadamente preparadas, durante as férias escolares. As Oficinas de Pesquisa consistiram em 6 grupos focais de aproximadamente 1 hora e 30 minutos, com crianças de 6 a 8 anos (2 grupos), 9 a 10 anos (2 grupos), e 11 a 12 anos (2 grupos), e desenhos e redações temáticas. Foi solicitado às crianças que desenhassem ou escrevessem sobre o Programa Bolsa Família e, uma vez terminada a atividade, as crianças eram incentivadas a apresentar suas obras para os colegas e os pesquisadores<sup>2</sup>.

A pequena cidade de Catingueira – localizada no semiárido nordestino, no estado da Paraíba, tem fortes raízes camponesas e conta com uma população de 4.812 habitantes, segundo o Censo 2010, distribuídos entre as zonas rural e urbana. Mesmo morando na cidade, muitos mantêm uma roça, onde plantam principalmente feijão e milho. Crianças e jovens podem estudar na cidade até completarem o Ensino Médio, mas para cursar o Ensino Superior precisam migrar ou realizar deslocamentos diários para outras cidades. As mulheres são normalmente donas de casa e cuidam dos filhos, enquanto muitos homens realizam trabalhos temporários ou não, fora da cidade. Os jovens e as jovens, quando têm sorte ou ligações de parentesco, são empregados nos pequenos comércios da cidade. A aspiração financeira de grande parte da população é um emprego na prefeitura, tendo em vista a estabilidade e remuneração que implica. Do ponto de vista da economia

<sup>2</sup> Além disso, estamos realizando pesquisas de campo no mesmo município há mais de uma década, utilizando técnicas de pesquisa variadas, o que também favoreceu esse artigo.

local, as famílias sobrevivem através da agricultura de subsistência, pequenos comércios, empregos na prefeitura e benefícios governamentais, como o PBF e as aposentadorias. Segundo os dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), do total de 1.207 famílias cadastradas, 1.162 contam com renda *per capita* mensal de até 1/2 salário mínimo, o que caracteriza a população como extremamente pobre. O Índice de Desenvolvimento Humano – Municipal (IDH-M) de Catingueira é 0,56, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) 2000. Um contingente populacional estimado em 2.992 pessoas, ou seja, 62% da população<sup>3</sup>, é beneficiário do Programa. Junte-se a essa larga proporção a baixa monetização da região e temos a constatação de que os efeitos do PBF podem ser ali mais facilmente observados se comparados às cidades de médio e grande porte, aspecto ressaltado pelo Relatório Executivo do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar, 2007).

### **Programa Bolsa Família**

O PBF é um programa de transferência mensal de renda condicionada que surgiu em 2003 e foi sancionado em 2004, a partir da unificação de uma série de programas sociais. Atualmente, têm direito ao benefício, que varia entre R\$ 32,00 e R\$ 306,00, as famílias com renda *per capita* de, no máximo, R\$140,00. Com menos de uma década de implantação, o PBF é responsável, junto com outros programas de transferência de renda, por 21% da queda na desigualdade no Brasil (1995-2004). Junto com o Benefício de Prestação Continuada, foi responsável por 28% da redução do índice Gini no mesmo período. O PBF também contribuiu para a queda da pobreza extrema de 12%, em 2003, para 4,8%, em 2008 (Ipea, 2010). O custo do programa é cerca de 0,4% do PIB nacional (R\$1,4 bilhão em março 2011), ou seja, é considerado baixo, tendo em vista seus impactos macroeconômicos e sociais (Soares, F. et al, 2006). Como afirmam Medeiros, Britto e Soares (2007, p. 21): “O lado positivo dos programas analisados é indiscutível. Seus impactos sobre pobreza e desigualdade são visíveis” (Pires, 2009 e ainda Medeiros; Britto; Soares, 2007 e Lavinias; Barbosa, 2000).

Um dos resultados do PBF mais enfatizados é o aumento do consumo (Rosa 2005; Cedeplar, 2007; Soares, F. et al., 2006; 2007 e Correa, 2008), especialmente das classes D e E. De fato, o PBF contribuiu significativamente para o aumento do consumo entre as famílias pobres e extremamente pobres, no Brasil e em Catingueira. A alimentação é um dos itens de consumo mais ressaltados, no que diz respeito ao emprego do benefício<sup>4</sup>. Duarte,

3 Calculado a partir da Média de Pessoas por Domicílio 3,68 (Censo IBGE 2010).

4 Gostaríamos de destacar que é a necessidade que parece determinar a distribuição dos recursos: em famílias muito pobres, o benefício é consumido prioritariamente com alimentação, mas em famílias pobres, ou seja, que contam com outra fonte de renda, o benefício tem a uma larga gama de empregos. Contas como aluguel, luz e água foram mencionadas como prioridade familiar. Muitas mães já levam os ‘papéis’ da água e da luz quando vão retirar o benefício. “É recebendo e pagando”, como nos foi dito. O benefício também paga gastos com medicamentos.

Sampaio e Sampaio (2007) estimaram que 87% das transferências foram utilizadas por famílias rurais na compra de alimentos, e Resende e Oliveira (2008) também encontraram resultados similares. Compra-se nos mercadinhos da cidade em um sistema de quitação de dívidas como forma de liberação da nova compra: faz-se a feira e paga-se a do mês passado<sup>5</sup>. Nesse universo de consumo, destaca-se o consumo de alimentos para as crianças. De fato, segundo pesquisa realizada pelo Centro Internacional da Pobreza (Soares et al., 2007), as famílias participantes aumentaram seus gastos com alimentos infantis. Já Santos (2008) afirma que a população de um pequeno município do Vale da Ribeira (PR) interpreta o benefício como destinado ao consumo alimentar das crianças. Se o consumo alimentar é o mais favorecido em relação ao emprego do benefício isso pode ser entendido levando-se em conta a situação de insegurança alimentar da região sertaneja, historicamente alarmada com altos índices de desnutrição e subnutrição. Uma vez que as famílias podem contar com um acréscimo mensal na renda familiar, esse recurso é usado primordialmente na compra de gêneros alimentares. No entanto, o fato de as crianças serem privilegiadas não pode ser explicado apenas recorrendo à pobreza familiar. Lavinias e Barbosa (2000) enfatizam que um dos avanços do PBF em relação aos outros programas de transferência de renda no Brasil, como o Vale-Gás, o Fome-Zero, é que os gastos familiares não são tutelados pelo governo, ou seja, não há nenhuma orientação formal do governo federal de que o benefício deva ser gasto com as crianças. No entanto, as crianças são prioridade. Então, a pergunta a qual gostaríamos de nos dedicar agora é: que dinâmicas familiares levam ao privilégio das crianças?

### **Prioridade Infantil**

Pelo menos duas razões podem ser pensadas para explicar o privilégio das crianças. A primeira delas é o entendimento de que o benefício é recebido pela família como resultado do esforço das crianças. A segunda razão diz respeito à função materna de nutrir e satisfazer os desejos alimentares de seus filhos como profundamente ligada a uma

---

Bens duráveis, como eletrodomésticos e móveis, são comprados, geralmente, através de parcelamento tanto na loja de móveis e eletrodomésticos da cidade quanto nas lojas da cidade vizinha. Sofá, aparelho de som, de DVD e TV parecem ser os bens mais frequentemente comprados. Estes arranjos ocorrem, geralmente, como já foi dito, nos casos das famílias que contam com outras fontes de renda. Todavia, não é apenas em gastos que o dinheiro do PBF é empregado. Famílias e crianças conseguem poupar parte do dinheiro, seja para uma necessidade inesperada, seja para a compra à vista de um bem durável. Além disso, o dinheiro também é empregado no dízimo das igrejas evangélicas e na oferta da missa na igreja católica (Silva, 2011).

5 Interessante constatar que o limite de compras de famílias muito pobres é igual ao valor do benefício. Poderíamos dizer que o mercadinho é uma espécie de banco do interior, que calcula o risco do crédito de acordo com a renda e os bens (materiais e morais) do cliente. Como tratamos aqui de famílias extremamente pobres é o cartão do PBF que determina o limite do crédito e funciona como garantia do pagamento da dívida. Observamos também, durante o nosso trabalho, a retenção do cartão do PBF e sua senha pelos donos de estabelecimentos comerciais, como forma de garantir o pagamento das dívidas contraídas nos mercadinhos. Ao mesmo tempo em que o comerciante pode exigir tal contrapartida, nos foi informado que mães de família também oferecem o cartão como garantia quando há a necessidade de realizar uma compra, abrindo mão do seu direito de retirar seu benefício mensalmente e cedendo esse direito ao proprietário do estabelecimento.

maternidade bem sucedida.

### Criança como responsável pelo benefício

Embora o PBF funcione a partir de três áreas de condicionalidades<sup>6</sup>, em Catingueira a condicionalidade ligada à frequência escolar é tida como a que realmente importa. É importante lembrar que a condicionalidade escolar é verificada bimensalmente, enquanto a condicionalidade da saúde o é apenas bianualmente (MDS, 2011; Fiszbein e Schady, 2009). Além disso, em Catingueira, todos tem conhecimento de famílias que estiveram em risco de perder ou de fato perderam seu benefício em função da não frequência escolar; ao passo que nunca se ouviu falar de fato semelhante em relação à condicionalidade da saúde. Com isso, entende-se que é o esforço contínuo da criança de ir à escola que garante, efetivamente, a continuidade do recebimento do benefício.



Figura 1 - Desenho de Fabiola, 10 anos de idade, sobre o PBF.

Ela desenhou uma sala de aula e escreveu: "A escola do Bolsa Família".

Desse dever cumprido a criança extrai um direito, um direito a receber parte do dinheiro do PBF. Seu esforço é recompensado com a compra de itens para ela, como roupas, calçados, material escolar e gêneros alimentares, sejam os básicos como arroz, macarrão, feijão, mas também aqueles considerados de luxo ou secundários, como bolacha recheada, iogurte, pipocas, chocolates. "Besteiras que criança gosta" de comer, como disse Sebastião de 12 anos de idade em um dos grupos focais, os chamados localmente de "brebotos e

<sup>6</sup> Educação, saúde e assistência social. As principais condicionalidades do PBF são: 85% de frequência escolar para as crianças de 0 a 15 anos e 75% para jovens de 16 e 17 anos, e visitas periódicas ao posto de saúde, para crianças, gestantes e nutrízes.

burigangas” (Pires 2010, p. 6; Silva, 2011)<sup>7</sup>.

Quadro 1 - Consumo Infantil Feminino e Masculino: Brebotos e Burigangas

BREBOTOS	BURIGANGAS
Bala e chicletes	Iogurte
Pirulito	Bebida láctea achocolatada
Pipoca e salgadinho de pacote	Bolacha, bolacha recheada
Chocolate	Achocolatado em pó

Fonte: Pires, 2010, p. 6

As mães priorizam as crianças no momento das compras, principalmente aquelas em nomes das quais vem o benefício. Isto funciona como incentivo à escolarização e é uma forma de fazer justiça, premiando aquela criança que vem se esforçando nos estudos<sup>8</sup>. Além disso, do ponto de vista nativo, o PBF não pode ser entendido sem levar em conta o seu antecessor, o Programa Bolsa Escola (PBE), programa de transferência de renda condicionada à frequência escolar das crianças, um recurso destinado exclusivamente a famílias com crianças em idade escolar. O PBE deu lugar ao PBF e, por isso, é possível argumentar por uma continuidade dele, já que ambos os programas focam na condicionalidade escolar e, conseqüentemente, nas crianças, como forma de garantir o recebimento do benefício. Dada a importância desse dinheiro para a sobrevivência da família, o que vemos então é que o *status* da criança, normalmente um indivíduo com pouco poder de negociação no fogo familiar, é reconfigurado. As crianças estão agora em posição de negociar, geralmente com suas mães, seus desejos e pequenos luxos, sob a ameaça de não ir à escola. Tal qual a hora da merenda escolar, momento em que as relações de poder entre crianças e adultos funcionários da escola podem ser contestadas e renegociadas (Pike, 2010), as compras de gêneros alimentares também o são. Vimos as crianças negociando um ovo, um pedaço maior de carne, a escolha da “mistura” (frango, carne de gado, salsicha, ovo), entre outros itens de menor valor nutritivo como a bolacha recheada, o achocolatado em pó ou bebida achocolatada, o iogurte, as balas e os chicletes. Essa negociação pode tomar a forma de uma ligeira ameaça, em que a ida ou não à escola é o ponto fulcral do argumento.

<sup>7</sup> Chamou a atenção da nossa equipe de pesquisa que mesmo em casos de famílias extremamente pobres, as crianças consomem leite Ninho e Nan, as marcas de leite em pó tradicional e para crianças mais caras do mercado. Qualquer leite não serve, tem que ser leite em pó e da Nestlé.

<sup>8</sup> Um número máximo de 5 crianças e 3 adolescentes por família pode ser cadastrado no programa. Isso quer dizer que em famílias que excedem esse número, nem todas as crianças e adolescentes estão registradas no programa. Esse arranjo é perverso, uma vez que cria situações familiares de privilégio para algumas crianças em detrimento de outras, que podem ter os estudos, a alimentação, os desejos e as necessidades priorizados. Em função disso, em nossa opinião, devem-se estudar maneiras de não excluir do benefício crianças e adolescentes de uma mesma família.

Assim, se as crianças barganham sua falta ao colégio, as mães barganham a garantia da sua presença usando o argumento da acessibilidade aos alimentos básicos e secundários para as próprias crianças e para a família como um todo (Pires, no prelo)<sup>9</sup>. Ao fim, todos entendem que a criança precisa ir a escola para garantir a continuidade do mesmo padrão de compras no mercadinho.

### **Função moral materna de nutrir**

No entanto, prover nutricionalmente seus filhos faz parte do que se espera de uma boa mãe, em muitos casos “medindo” uma parentalidade/*parenting* de “sucesso” (Punch; McIntosh; Emond<sup>10</sup>, 2010 e James; Korholt; Tingstad, 2009). “Alimentar as crianças é [...] um imperativo moral [...] da parentalidade/*parenting* e, comida, um material chave na promulgação da ética do cuidado.” Nesse sentido, a comida “serve como veículo primário [...] para a expressão e criação do amor [...]” (Cook, 2009, p. 114, tradução nossa). Daniel Miller, no livro *Teoria das Compras*, afirma que na região norte londrina a possibilidade de comprar e dar aos filhos é o que revela moralmente uma boa mãe. Desta forma, mãe boa é aquela que dá. Miller descreve as compras maternas no supermercado como atos de amor, no sentido de que as escolhas de consumo das mães são orientadas pelo desejo de ascensão social em relação aos filhos: as mães comprariam em concordância com o que esperam que seus filhos se tornem<sup>11</sup>. A comida de luxo ou secundária seria um “sinal’ e um ‘meio’ para enfatizar ou apropriar-se de um estilo de vida considerado socialmente superior e desejado” (Murrieta, 2001, p. 61). Nesse sentido, “uso e consumo de alimentos [...] [são] marcadores de status (ou pelo menos do desejo pelo último) e situações.” (Murrieta, 2001, p. 73). Como a leitura de Miller e Murrieta inspira a pensar, uma criança que consuma bens considerados de luxo (como iogurte, chocolate, bolacha recheada) alarga seu potencial de tornar-se alguém no futuro. Em nosso campo de pesquisa, as mães constantemente nos diziam: “sempre que tenho, eu dou”, indicando uma situação em que, quando as necessidades básicas estão supridas, o excedente financeiro não pode ser negado aos filhos, sob pena de comprometer o estatuto moral daquele mãe. Salvo quando não tem condições materiais de atender, uma boa mãe não nega um pedido do filho, especialmente alimentar. Em se tratando de comunidades que viviam abaixo da linha da pobreza, em que as mães conviviam com o desgosto de não ter o que dar de comer aos filhos, o PBF contribui enormemente para o sentimento de dever materno cumprido, já que agora podem, além de garantir a subsistência, ceder aos prazeres de consumo infantis, o que certifica o cuidado e carinho pela criança (Punch; McIntosh; Emond, 2010, p. 227).

9 A ameaça ocorre em momentos de conflito, mas não são frequentes, uma vez que as mães mesmas parecem ser as primeiras a zelar pela satisfação dos desejos alimentares de seus filhos, sempre que possível.

10 Todas as citações de língua estrangeiras foram traduzidas pelas autoras.

11 A este respeito cf. Miller (2002, p. 24).



### Só come quem pode

Ao contrário do que se passa na Inglaterra, em que “comida de criança” é entendida como comida sem prestígio e de pouco valor para a manutenção dos laços familiares, segundo Curtis, James e Ellis (2010) – uma vez que coincide em grande medida com o que é considerado *junk food*; em Catingueira, “comida de criança” releva ascensão social e é um dos elementos primordiais na manutenção de uma relação tida como ideal entre mãe e filho, como foi explicado na sessão anterior. “Comida de criança” compreende elementos de uma dieta que só agora é possível ter acesso, em virtude do recebimento de uma quantia contínua e fixa de dinheiro. Rego (2008) destaca a importância da regularidade no recebimento do benefício para o alcance dos seus objetivos e para a melhora da situação de vida das mulheres beneficiadas. A bolacha recheada, que para os nutricionistas é uma vilã na dieta das crianças, em Catingueira faz sobressair uma criança cuja mãe cuidadosa pode se dar ao luxo de comprar “besteiras que criança gosta”. Se na Inglaterra “comida de criança” é “comida ruim” ou comida que se deve evitar (Curtis; James; e Ellis, 2010, p. 300), sob o risco de tornar-se obeso e doente, em Catingueira, “comida de criança” é comida que só come quem pode. As comidas industrializadas são o reverso oposto do arroz da terra, feijão, farinha e rapadura, dieta básica do sertanejo, associada ao passado sofrido de privações e desejos alimentares não satisfeitos. Como a presença do ádvena arroz nas refeições dos moradores da Amazônia, as comidas de criança “sinalizava[m] algumas das ambições sociais e a auto-imagem cultivada da família” (Murrieta, 2001, p. 61)<sup>12</sup>. Esses alimentos, tão carregados de gorduras e açúcares, são uma prova da melhora na qualidade de vida dos Catingueirenses, adultos e crianças, como consequência do recebimento do benefício. São “metáforas de [...] ascensão social” (Murrieta, 2001, p. 61).

Ao mesmo tempo em que esses alimentos refletem internamente a família e os planos de ascensão social, assim como as conquistas já alcançadas, essas comidas falam para fora do núcleo doméstico, na medida em que seu consumo reforça uma imagem moderna, associada a padrões de consumo alimentar ligados aos grandes centros. Durante nossa pesquisa, fomos surpreendidos com a compra dadivosa (Mauss, 1974) de refrigerantes, bolos e pães no intuito de agradar os pesquisadores da capital. De forma que esses alimentos são associados com a modernidade e o desenvolvimento econômico da grande cidade, num processo parecido com o que Brembeck (2009, p. 143) chama de “comendo modernidade”, no caso do alto consumo de gordura e açúcar pelos imigrantes da Bósnia e do Iraqui na Suécia, alimentos associados às novas oportunidades de vida no novo país.

12 Nesse sentido, Murrieta (2001, p. 72) afirma que é [...] “exatamente na fricção e na acomodação de ideias dominantes de classe e de gostos adquiridos, e na busca pela diversificação, que vamos encontrar a gênese dos processos de escolhas” alimentares.

## Conclusões

Entendemos o forte componente moral que o consumo de comida, principalmente os “brebotos” e “burugangas”, traz como implicação na relação entre mães e filhos. Se a função de nutrir é tradicionalmente um elemento da relação entre mães e filhos, ela agora é enfatizada com o entendimento de que o dinheiro do benefício pertence às crianças, reforçando o direito da criança ao usufruto do benefício do PBF. De fato, Correa (2008) constata que houve aumento do consumo de todos os gêneros alimentícios como consequência do PBF, mas que quanto mais dependente do benefício a família é, mais significativo é o aumento do consumo de cereais, açúcares, feijões e carnes, nesta ordem. A autora enfatiza a necessidade de ações de educação sobre segurança alimentar para garantir o consumo de alimentos saudáveis. Todavia, é muito difícil que uma mãe, que tenha o dinheiro, negue um pedido alimentar de seu filho, tendo em vista a sua própria longa história de privações alimentares, sobretudo quando ela era criança. Por tudo isso, é possível entender que as mães não consigam evitar a compra de gêneros alimentícios de baixo teor nutritivo, mas extremamente valorizados pelas crianças – mesmo em casos de obesidade infantil comprovada, como no de Luciana descrito brevemente no prólogo<sup>13</sup>. Além disso, podemos afirmar que uma criança que cresce e engorda “é um prêmio pelos esforços da mãe”, enquanto uma criança “que não ganha peso é um sinal de fracasso materno” (Keenan; Stapleton, 2009, p. 15, tradução nossa). Além disso, na região trabalhada, o excesso de peso não é mal visto, nem nas crianças nem nos adultos. O fato de ser gordo no semiárido é ser bonito e saudável, e um comentário do tipo “como você engordou” é tomado como um elogio (Pires, 2011). Por tudo isso, ações e campanhas de segurança alimentar são particularmente desafiantes na região sertaneja.

Além das particularidades locais, as escolhas alimentares dos catingueirenses não devem ser entendidas sem levar em conta o processo chamado pelos nutricionistas de “transição nutricional”, “que diz respeito às mudanças seculares nos padrões nutricionais, ou seja, às modificações na estrutura da dieta dos indivíduos, correlacionadas às mudanças econômicas e demográficas e às condições de saúde” (Ferreira et al., 2005, p. 210-11). Murrieta et al. (2008, p. 124) nos ajudam a compreender melhor o processo:

É consenso que os padrões alimentares de sociedades tradicionais em todo o globo vêm sofrendo uma série de mudanças, caracterizadas, principalmente, pela substituição gradual de produtos locais por importados e pelo aumento do consumo de gorduras e carboidratos simples. No Brasil, esse novo panorama nutricional, associado a algumas políticas nacionais, vem contribuindo para a diminuição na prevalência da desnutrição infantil, ao mesmo tempo em que vem favorecendo o

13 A “gastro-anomia” e a angústia dos “comedores incompetentes” não parecem ter tomado os moradores da cidade (Goldenberg, 2011).

crescimento do excesso de peso e da obesidade, especialmente entre adolescentes. Esse processo tem sido particularmente intenso e complexo no País devido às profundas diferenças entre classes sociais e contextos regionais socioeconômicos.

De fato, a exemplo da família de Luciana, descrita no prólogo desse artigo, os problemas de saúde associados a uma dieta pouco nutritiva, e recheada de gordura e açúcar, começam a ser percebidos em Catingueira e no Brasil. “A obesidade, que inicialmente predominava nas classes econômicas de maior renda, vem apresentando uma [...] predominância nas populações mais pobres [...]” (Pinheiro; Freitas; Corso, 2004, p. 530). De que maneira tratar esses problemas efetivamente ainda é um grande desafio. Não se deve colocar o peso das decisões de consumo alimentar pouco acertadas apenas nas mães ou nas famílias. Vimos como alimentar as crianças não é tarefa mecânica realizada pelas mães, mas deriva de uma complicada relação entre moralidade e maternidade. É, no entanto, preciso inquirir-se, por exemplo, sobre a disponibilidade e o preço dos alimentos saudáveis; sobre a priorização da agricultura de larga escala em detrimento da agricultura familiar, como parece ser o modelo seguido no Brasil nas últimas décadas; sobre o papel da educação para a cidadania, oferecida para as crianças brasileiras. Não podemos também deixar de lado as mudanças no *status* da criança no seio da família, mudanças que parecem ultrapassar as fronteiras nacionais e que levam a criança a ser ouvida e respeitada nas suas escolhas, senão ainda nas esferas públicas, pelo menos no seio familiar (Sarmento, 2004).

## Referências

- BENJAMIN, Tatiana. Brebotos e Burugangas: analisando o “empoderamento” infanto-juvenil no Sertão Paraibano. **CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, UFPB, João Pessoa, n.15, 2010, p. 31-36.
- BREMBECK, Helene. Children’s ‘Becoming’ in Frontiering Foodscapes. In: JAMES, Allison; KORHOLT, Anne Trinne; TINGSTAD, Vebjorg. **Children, Food and Identity in everyday like**. Studies in Childhood and Youth. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2009.
- CEDEPLAR. **Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família**. Sumário Executivo. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - Cedeplar/UFGM. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome / SAGI, 2007.
- COOK, Daniel T. Children’s subjectivities and commercial meaning: the delicate battle mothers wage when feeding their children. In: JAMES, Allison; KORHOLT, Anne T.; TINGSTAD, Vebjorg. **Children, Food and Identity in everyday like**. Studies in Childhood and Youth. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2009.
- CORREA, Carla. Participação do Programa Bolsa Família nas modificações do consumo alimentar de famílias beneficiadas pelo programa. 2008. Disponível em: <<http://www.ipc-undp.org/publications/mds/28P.pdf>> Acesso em: 26 mar. 2012
- CURTIS, Penny; JAMES, Allison; ELLIS, Katie. Children’s snacking, children’s food: food moralities and family life.

**Children's Geographies**, v. 8, n. 3, 2010, p. 291-302.

DUARTE, Gisléia B.; SAMPAIO, Breno; SAMPAIO, Yony. Programa Bolsa Família: impacto das transferências sobre os gastos com alimentos em famílias rurais. **Revista de Economia e Sociologia Rural** [online], v. 47, n. 4, 2009, p. 903-918. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032009000400005&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032009000400005&script=sci_arttext)> Acesso em: 26 mar. 2013

FERREIRA, Haroldo da S. et al. Hipertensão, obesidade abdominal e baixa estatura: aspectos da transição nutricional em uma população favelada. **Rev. Nutr.** [online], v. 18, n. 2, 2005, p. 209-218. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-52732005000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732005000200005&lng=en&nrm=iso)> Acesso em: 26 mar. 2013.

FISZBEIN, Ariel; SCHADY, Norbert. **Conditionl cash transfers reducing present and future poverty**. A World Bank Policy Research Report. Washington, DC: World Bank, 2009. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/2597/476030PUB0Cond101Official0Use0Only1.pdf?sequence=1>> Acesso em: 26 mar. 2013

GOLDENBERG, Mirian. Cultura e gastro-anomia: psicopatologia da alimentação cotidiana. Entrevista com Claude Fischler. **Horizontes antropológicos** [online], v. 17, n. 36, 2011, p. 235-256. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-71832011000200010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832011000200010&lng=en&nrm=iso)> Acesso em: 26.03.2013

JAMES, Allison; KORHOLT, Anne Trine; TINGSTAD, Vebjorg. **Children, Food and Identity in everyday like**. Studies in Chilhood and Youth. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2009.

KEENAN, Julia; STAPLETON, Helen. It depends what you mean by feeding "on demand": Mothers' Accounts of Babies' Agency in Infant-Feeding relationships. In: JAMES, Allison; KORHOLT, Anne Trine; TINGSTAD, Vebjorg (orgs). **Children, Food and Identity in everyday like**. Studies in Chilhood and Youth. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2009.

LAVINAS, Lena; BARBOSA, Maria Ligia de O. Combater a pobreza estimulando a frequência escolar: o estudo de caso do Programa Bolsa-Escola do Recife. **Dados** [online], v. 43, n. 3, 2000, p. 447-477. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582000000300002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582000000300002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)> Acesso em: 26 mar. 2013

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva - Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: **Sociologia e Antropologia**. v. 2. Introd. Claude Lévi-Strauss. Trad. Mauro W. B. de Almeida. São Paulo: EPU, 1974.

MEDEIROS Marcelo; BRITTO, Tatiana de; SOARES, Fábio. Transferência de renda no Brasil. **Novos estudos - CEBRAP**, n.79:, 2007, p. 5-21

MDS. **Histórico das repercussões por descumprimento de condicionalidades**. 2011. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programabolsafamilia/condicionalidades/historico-das-repercussoes-por-descumprimento-de-condicionalidades>> Acesso em: 26 mar. 2013.

MILLER, Daniel. Teoria das Compras: o que orienta as escolhas dos consumidores. Rio de Janeiro: Nobel, 2002.

MURRIETA, Rui Sérgio; **Dialética do sabor**: alimentação, ecologia e vida cotidiana em comunidades ribeirinhas da Ilha de Ituqui, Baixo Amazonas, Pará. **Revista de Antropologia**, v. 44, n. 2, 2001, p. 39-88. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ra/v44n2/8832.pdf>> Acesso em: 26 mar. 2013

MURRIETA, Rui Sérgio S. et al. Consumo alimentar e ecologia de populações ribeirinhas em dois ecossistemas amazônicos: um estudo comparativo. **Revista de Nutrição**. [online], Campinas, v. 21 [Suplemento], 2008, p. 123s-133s. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rn/v21s0/11.pdf>> Acesso em: 26 mar. 2013

PIKE, Jo. 'I dont have to listen to you! You're just a dinner lady!': power and resistance at lunchtimes in primary schools. **Children's Geographies**, v. 8, n. 3, 2010, p. 275-287.

PINHEIRO, Anelise R. de O.; FREITAS, Sérgio Fernando T.; CORSO, Arlete Catarina T. Uma abordagem epidemiológica da obesidade. **Revista de Nutrição** [online], v. 17, n. 4, 2004, p. 523-533.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rn/v17n4/22900.pdf>> Acesso em: 26 mar. 2013

PIRES, Flávia F. A Casa Sertaneja e o Programa Bolsa Família. Questões para Pesquisa. **Política & Trabalho**, UFPB, João Pessoa, v. 27, 2009, p. 1 -15.

\_\_\_\_\_. O Programa Bolsa Família e o Consumo das meninas e dos meninos no semi-árido nordestino. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 9. - DIÁSPORAS, DIVERSIDADES, DESLOCAMENTOS, Florianópolis, 23 a 26 de agosto de 2010. **Anais...**, Florianópolis, 2010. Disponível em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277035388\\_ARQUIVO\\_fazendogenero10textocompletoOPROGRAMABOLSAFAMILIAEOCONSUMODASMENINASEDOSMENINOSNOSEMI.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277035388_ARQUIVO_fazendogenero10textocompletoOPROGRAMABOLSAFAMILIAEOCONSUMODASMENINASEDOSMENINOSNOSEMI.pdf)> Acesso em: 26 mar. 2013

\_\_\_\_\_. **Quem tem medo de mal-assombro?** Religião e Infância no Semiárido Nordestino. Rio de Janeiro, João Pessoa: E-papers, UFPB, 2011.

PUNCH, Samantha; MCINTOSH, Ian; EMOND, Ruth. Children's Food Practices in Families and Institutions. **Children's Geographies**, v. 8, n. 3, 2010, p. 227-232.

ROSA, Maria Marques. A importância da Bolsa Família nos municípios brasileiros. **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**, n. 1. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2005.

REGO, Walquiria L. Aspectos Teóricos das Políticas de Cidadania: Uma Aproximação ao Bolsa Família. **BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, v. 73, 2008, p. 147-185. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n73/n73a07.pdf>> Acesso em: 26 mar. 2013

RESENDE, Anne C. Costa; OLIVEIRA, Ana Maria H. Camilo de. Avaliando resultados de um programa de transferência de renda: o impacto do Bolsa-Escola sobre os gastos das famílias brasileiras. **Estudos Econômicos**, v. 38, n. 2, 2008, p. 235-265. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-41612008000200002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612008000200002)> Acesso em: 26 mar. 2013

SANTOS, Judit Camilo. **Direito ou Privilégio: o Programa Bolsa Família e o significado local**. 2008. Disponível em: <[www.ipc-undp.org/mds.do](http://www.ipc-undp.org/mds.do)> Acesso em: 26 mar. 2013

SARMENTO, Manuel. **As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª. modernidade**. 2004. Disponível em: <[www.cedic.iec.uminho.pt](http://www.cedic.iec.uminho.pt)> Acesso em: 26.03.2013

SILVA, Jéssica K. R. da. **"Eu Compro Tudo De Pelota!": O Programa Bolsa Família e a Expansão do Consumo Infantil em Catingueira/PB**. Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal da Paraíba, 2011.

SOARES, Fábio V. et al. Programas de Transferência de Renda no Brasil: Impactos Sobre a Desigualdade e a Pobreza. In: XXXIV ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, Salvador, 5 a 8 de dezembro de 2006. **Anais...**, Salvador: Anpec, 2006. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A156.pdf>> Acesso em: 26 mar. 2013

Recebido em 14/12/2012

Aprovado em 11/01/2013